

Uma década perdida

ADOLFO OLIVEIRA

6861 100 7 2

O sucateamento da indústria nacional e a queda dramática dos investimentos públicos são duas questões de fundamental importância para o futuro imediato do Brasil, que, por vezes, são negligenciados. Estamos falando da incapacidade do poder público brasileiro exercer até mesmo suas funções constitucionais básicas que é investir nas áreas de infra-estrutura, como transportes, comunicações, combustíveis e energia elétrica. Durante o período chamado "milagre brasileiro", especialmente na década de 70, embora vivêssemos sob a égide do autoritarismo, as aplicações na chamada indústria de base foram suficientes e adequadas para permitir um crescimento econômico mínimo, condizente com as pressões sociais e a demanda do mercado.

As duas crises ditadas pela economia mundial, a do petróleo em 1973, e o choque dos juros em 1980, provocou o início da derrocada do Estado. Sem recursos externos, os banqueiros deixaram de fazer aplicações de risco entre nós, e tendo de gastar divisas importantes na importação de petróleo e no pagamento dos juros da dívida, os governantes acabaram também por perder a perspectiva histórica do real papel do Estado numa economia como a brasileira.

Durante o Governo do ex-Presidente Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, foi realizado um esforço gigantesco para montar uma indústria de base no País, eliminando assim a forte dependência externa. De lá para cá a situação foi se deteriorando, sem perspectivas visíveis de mudança radical no quadro.

O fato é que o Estado brasileiro encontra-se numa situação dramática, de pré-falência financeira. Basta citar o exemplo das empresas estatais que, em 1980, investiram 14 bilhões de dólares em novos projetos de infra-estrutura básica. Oito anos depois nos deparamos com um quadro desolador. Os investimentos das 230 empresas estatais do setor produtivo, em 1988, caíram 35% em termos reais, reduzindo os investimentos a apenas nove bilhões de dólares.

Mais grave ainda é que a queda nos investimentos vem se dando naqueles setores básicos, casos de energia elétrica, petróleo, transportes, educação, química e telecomunicações, apenas para citar alguns exemplos. Sem uma indústria amplamente desenvolvida nesses setores, com elevado padrão tecnológico, certamente não retomaremos nossas taxas históricas de crescimento da economia, que sempre foram de 7% ao ano.

Nós da classe política temos o dever de alertar a sociedade para o sucateamento da indústria nacional e a inoperância do Estado em atuar nos setores básico da infra-estrutura. Se o poder público está falido devemos mudar o modelo, mudando velhas e ultrapassadas convicções, de forma a permitir que o setor privado atue nas áreas de transportes, em telecomunicações e em energia elétrica.

A abertura do Estado para os investimentos privados deve estar conjugada com uma solução adequada para a nossa crise da dívida externa. Assim, as eleições presidenciais de novembro são de fundamental importância para os destinos do País na vira-

da do século. Num momento em que até mesmo economias centralizadas, casos da Hungria e da Polônia, se voltam para o mercado, o Brasil não pode deixar passar o trem da história.

Diante desses fatos consideramos que o sucessor do Presidente Sarney terá pela frente uma tarefa de gigante. Certamente o novo chefe de governo terá de reverter a precária situação dos investimentos em petróleo, cujas aplicações caíram 51% entre 1982 e 1988. Em 82 as aplicações atingiram US\$ 5,2 bilhões, oito anos após a Petrobrás investiu apenas US\$ 2,5 bilhões. Se a sangria não for contida logo, a curto prazo estaremos elevando nossos gastos com as importações de petróleo, aumentando assim nossa dependência externa num segmento estratégico e de vital importância para a segurança interna do País.

E preciso não esquecer que o Brasil, na prática, já perdeu uma década, entre 1980-1990, onde as aplicações em setores de base foram caindo progressivamente, deixando uma incôgnita dolorosa para empresários, homens de governo e à sociedade como um todo. Conter a inflação, reduzir o déficit público, vender as estatais ineficientes ou simplesmente fechá-las, estão entre os desafios do futuro Presidente da República. A ele, que assumirá o poder legitimado pelas urnas, caberá a derradeira chance de tentar colocar o País entre as nações desenvolvidas, acabando de vez com o clientelismo, a corrupção e a ineficiência do Estado.